

## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### PROJETO DE LEI Nº 839, DE 2015

*Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar a inclusão de jovens com deficiência nos programas de aprendizagem, acrescentando o parágrafo 3º ao seu art. 429.*

**Autor:** Deputado MARCELO BELINATI  
**Relatora:** Deputada FLÁVIA MORAIS

## I – RELATÓRIO

O presente projeto visa a acrescentar dispositivo ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT que dispõe sobre a contratação de aprendizes.

Para tanto, o projeto estabelece que, *para cada conjunto de oito vagas de menores aprendizes, o empregador deverá contratar um menor aprendiz com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental.*

Em sua justificativa, o autor alega que a aprendizagem, apesar de um importante canal de aprendizado e inclusão para o jovem trabalhador, que sempre encontrou muitas barreiras para iniciar suas atividades produtivas, não contempla aquele que mais necessitaria de auxílio para se inserir no mercado de trabalho: o jovem com deficiência. *Se o jovem em geral já enfrenta muitos obstáculos para sua inserção no mercado de trabalho, o que dizer do jovem com deficiência?*

O projeto, sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinária, foi distribuído às Comissões de Trabalho, de

Administração e Serviço Público e de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, para a análise de seu mérito; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, para a apreciação de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

## **II – VOTO DA RELATORA**

Estamos totalmente de acordo com a proposta apresentada pelo Deputado Marcelo Belinati.

De fato, os jovens com deficiência têm mais dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho e a aprendizagem é de fundamental importância para que eles alcancem esse objetivo.

A aprendizagem, além de seu modelo ímpar que mescla oportunidade de emprego e educação profissional, é o único instrumento legal que promove a inserção de jovens sem experiência, de pouca escolaridade e de baixo poder aquisitivo no mercado de trabalho, características que são mais acentuadas entre os jovens com deficiência.

Regulamentada na CLT, a aprendizagem já concede ao jovem com deficiência o seguinte tratamento diferenciado:

- o contrato de aprendizagem, por prazo determinado, poder ser estipulado por mais de 2 anos (§ 2º do art. 428);
- não será observada a idade máxima para a contratação que é de 24 anos (§ 5º do art. 428);
- a comprovação da escolaridade de aprendiz com deficiência deve considerar, sobretudo, as habilidades e

competências relacionadas com a profissionalização (§ 6º do art. 428);

- para o aprendiz com deficiência com 18 anos ou mais, a validade do contrato de aprendizagem pressupõe matrícula e frequência em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica (§ 8º do art. 428);
- não será causa da extinção do contrato de aprendizagem o desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz ao trabalho quando este for desprovido de recursos de acessibilidade, de tecnologias assistivas e de apoio necessário ao desempenho de suas atividades (inciso I do art. 433).

Assim, nada mais justo que complementemos essas disposições com mais um facilitador para que as pessoas com deficiência possam se inserir no mercado de trabalho como aprendizes.

Apesar de concordarmos com a essência do projeto, entendemos que ele merece reparos nos seguintes aspectos:

- 1) quanto à terminologia da deficiência: modernamente não se caracteriza o tipo de deficiência para a criação de preferências e prioridades, a exemplo do que está previsto nos dispositivos citados acima. A expressão pessoa com deficiência, no caso, jovem com deficiência, abrange todos os tipos de deficiência: física, sensorial, intelectual ou mental;
- 2) em relação ao jovem com deficiência: o aprendiz nessa condição pode não ser jovem (pessoa entre 15 e 29, segundo o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), pois não existe limite de idade para a sua contratação;
- 3) quanto à obrigatoriedade: entendemos que a redação deverá ser mais incisiva, não restando dúvidas que seja

efetivamente contemplada uma pessoa com deficiência a uma vaga de aprendiz para cada oito contratações a esse título.

Ante o exposto, somos pela aprovação do PL nº 839, de 2015, nos termos do substitutivo anexo

Sala da Comissão, em        de        de 2016.

Deputada FLÁVIA MORAIS  
Relatora

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO****SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 839, DE 2015**

*Acrescenta parágrafo ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar a inclusão de pessoas com deficiência nos programas de aprendizagem.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

*“Art. 429.....*

*.....*

*§ 3º A cada oito aprendizes contratados, um deverá ser obrigatoriamente pessoa com deficiência, nos termos do regulamento.” (NR)*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2016.

Deputada FLÁVIA MORAIS  
Relatora